

INTEGRAÇÃO EDUCACIONAL DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA: análise de um processo

Lúcia de Araújo Ramos Martins (coordenadora)*

JUSTIFICATIVA

Durante muitos séculos a concepção de “inválido” ou “incapaz” fez com que as pessoas portadoras de deficiência permanecessem à distancia do convívio social, sem receberem qualquer tipo de atendimento educacional.

Progressivamente essa atitude social evoluiu, passando do isolamento total à institucionalização em escolas especializadas (onde tais indivíduos eram assistidos e protegidos, porém continuavam separados, em termos físicos e educacionais, dos demais) e, já em meados desse século, ao atendimento em classes denominadas “especiais”, situadas em escolas do sistema regular de ensino (Pessotti, 1984; Jannuzi, 1985; Canziane, 1985).

No entanto, mesmo assim, ainda permaneceu uma concepção de exclusão, de educação ministrada em “gueto”. Segundo Fonseca (1987, p. 85):

“O combate à separação, em termos educacionais, é em certa medida a primeira fase de uma política de integração, pois não basta garantir um sistema de ensino exclusivo, dito especial, apenas porque é física e humanamente separado do ensino dito regular. Aceita-se já que os deficientes sejam educados e, para chegar aqui, muita luta pelos direitos humanos foi, e será necessário cada vez mais implementar. Todavia essa educação não

* Mestre em Educação/ UFRN

poderá continuar a ser à parte da educação regular ou normal...”

Durante as duas últimas décadas, modificações ocorreram na política que direciona o atendimento às pessoas portadoras de deficiência, na qual estão implícitas a quebra de noções preconcebidas e de estigma existentes, a intensificação da participação social das pessoas portadoras de deficiência na escola e na sociedade de forma geral.

A Educação Especial, em nosso país, respalda-se hoje, principalmente, no princípio da *normalização*, que consiste “... em tornar disponíveis para as pessoas deficientes condições e modelos de vida que sejam tão similares quanto as normas e modelos encontrados na sociedade em geral” (Bentgt Nirge apud Pereira, 1988), ou seja, criar condições de vida tão próximas quanto possível das situações em que vive a população de maneira global.

Como consequência desse princípio, outros surgiram, como o da *integração* – percebido como um processo para se atingir um objetivo maior que é a normalização. Para que se efetive essa integração, necessário se faz: a criação de condições e de oportunidades mais flexíveis na escola, no trabalho, na sociedade, para as pessoas portadoras de deficiências; a introdução de modelos e estratégias educacionais que respeitem as condições de cada aluno; a preparação da equipe técnica e docente da escola; a participação efetiva da família e do próprio aluno nesse processo.

A integração educacional envolve não apenas a aproximação física, a colocação de educandos portadores de deficiência junto a crianças consideradas normais, em classes regulares e/ou em atividades de recreação e lazer, mas pressupõe, sobretudo, a aceitação de todos como parte integrante e participante da comunidade escolar (Vayer, 1989; Cardoso, 1992; Pereira, 1988). Esse sentimento de pertencer a um grupo social, portanto,

“... não acontece de forma automática, como seria desejado – é fruto de um processo que requer esforço e planejamento, envolvendo cada pessoa em questão, suas famílias, a escola de modo especial... Este processo deverá estar direcionado para mudanças de atitudes como valorização das diferenças e do cooperativismo, a descoberta e aceitação de dificuldades, deficiências e necessidades de cada ser humano, bem como descoberta e

valorização das potencialidades e dons específicos de cada um” (Cardoso, 1992, p. 13).

Em consonância com a política educacional implantada ao nível nacional, o Rio Grande do Norte vem desenvolvendo, há dois anos, uma proposta de atendimento integrado, em classes regulares, situadas em escolas de 1º Grau da rede estadual de ensino, de alunos deficientes auditivos e mentais. No entanto, apesar de existir um certo nível de acompanhamento técnico por parte da Secretaria Estadual de Educação e Cultura-SEC/RN, através do seu órgão específico, a Subcoordenadoria de Educação Especial, tal experiência não vem se processando de maneira a garantir a permanência e o aproveitamento escolar desses educandos na classe comum.

Observamos que, quando muito, tem ocorrido a integração física, de maneira imposta pela cúpula do sistema educacional, sem um preparo efetivo da comunidade escolar (direção, equipe técnica, docentes e funcionários) para receber tais educandos e atuar sobre as suas necessidades específicas.

Diante do exposto, percebemos como necessária uma investigação visando a avaliação do programa de integração ora desenvolvido na SEC/RN, que possa conduzir à proposição de alternativas para o seu aperfeiçoamento.

OBJETIVO

Analisar a ação educacional integrada desenvolvida com educandos portadores de deficiência, em escolas da rede estadual de ensino de Natal, com vistas ao seu aperfeiçoamento.

PLANO DE TRABALHO

No intuito de apreender a realidade existente na comunidade educacional, no que concerne à integração dos alunos portadores de deficiência na classe regular, pretendemos desenvolver uma investigação junto a diferentes profissionais existentes na Escola (diretor, supervisor ou orientador educacional, professor). Esse trabalho será voltado

basicamente para conhecer como se processou a integração desses alunos na escola regular; qual a preparação desenvolvida com os profissionais de educação para recebê-los; quais as dificuldades; qual o tipo de apoio técnico recebido para o trabalho com os educandos portadores de deficiência; quais as adaptações que se fizeram necessárias, na escola, para recebê-los; qual o nível de aceitação dos mesmos pelo corpo discente; como tem sido o aproveitamento escolar desses alunos; como esses se situam na classe comum, após um longo período vivenciando um atendimento especializado em classe especial.

Tal tarefa envolverá a elaboração e aplicação de um questionário, contendo perguntas abertas e fechadas. Esse instrumental será entregue, pessoalmente, durante visita às Escolas; porém, mesmo assim, será acompanhado de uma carta explicando a natureza da pesquisa, sua importância e necessidade, solicitando a colaboração dos profissionais.

Para a escolha do universo da pesquisa, buscamos levantar, junto à SEC/RN, as escolas estaduais situadas em Natal, que possuem atendimento integrado. Dessas escolas selecionaremos seis, aleatoriamente (através de sorteio), para aplicação dos questionários a todos os professores de 1º Grau que recebem alunos portadores de deficiência e aos membros da equipe técnico-administrativa. Tal encargo, além da coleta das informações necessárias, visa também suscitar um maior envolvimento desses profissionais no processo de integração desses alunos.

Para análise dos dados que serão coletados na pesquisa, procuraremos fazer recurso do Método Estatístico Descritivo, o qual se utiliza da reunião, ordenação, sumarização e descrição estatística dos dados obtidos.

Os resultados advindos desse trabalho comporão um relatório, visando fornecer, ao Sistema Educacional, informações julgadas úteis para um redimensionamento do trabalho de integração educacional do portador de deficiência na classe regular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARDOSO, M. C. de F. Integração educacional e comunitária. *Integração*, n. 08, p. 13-18, 1992.
- FONSECA, V. *Educação Especial*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- JANNUZZI, G. *A luta pela educação do deficiente mental*. São Paulo: Cortez, 1985.

- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1988.
- LURIA, A. R. et al. *Psicologia e Pedagogia I: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento*. Lisboa: Estampa, 1977.
- MAZZOTTA, M. J. da S. *Educação Escolar: comum ou especial?* São Paulo: Pioneira, 1987.
- PEREIRA, O. et al. *Educação especial: atuais desafios*. RiodeJaneiro: Interamericana, 1980.
- . Identificação do processo de integração de pessoas portadoras de deficiência. *Integração*, n. 1, p. 11-13, 1988.
- VAYER, P.; ROCIN, C. *A integração da criança deficiente*. São Paulo: Manole, 1989.